

POLÍTICAS PÚBLICAS X REALIDADE SOCIAL: A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ENTRE OS ALUNOS DO PROEJA

PUBLIC POLICY X SOCIAL REALITY: THE (RE) CONSTRUCTION OF IDENTITY AMONG STUDENTS OF PROEJA

Roberval Emerson Pizano¹
Josiane Magalhães²

RESUMO: O presente trabalho procura analisar algumas políticas públicas voltadas para a educação do trabalhador construindo uma discussão acerca das potencialidades de tais políticas, particularmente na constituição de identidades individuais. A pesquisa teve como sujeitos 61 alunos do Proeja do Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Cáceres. Buscou-se identificar quem eram esses indivíduos, onde viviam, como construam suas realidades e quais eram os aspectos sociais que definiam suas identidades. Verificou-se que as identidades se (re) constroem em um processo de exclusão social, onde as situações de ausência de oportunidades concretas para vivenciar trajetórias de sucesso contribuem para mais uma história de fracasso.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, identidade, políticas públicas.

ABSTRACT: This paper aims to analyze some public policies for the education of workers, building a discussion about the potential of such policies, particularly in the formation of individual identities. The study had 61 students as subjects of the PROEJA - Federal Institute of Mato Grosso - Campus Cáceres. We tried to identify who were these individuals, where they lived, how they built their realities and what were the social aspects that defined their identity. It was found that the identities are constructed in a process of social exclusion in situations where the lack of concrete opportunities to experience success trajectories contributes to more a story of failure.

KEYWORDS: PROEJA, identity, public politics.

¹ Professor de Educação Física, mestre em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Campus Cáceres, Mato Grosso. Brasil. robervalpizano@hotmail.com

² Professora de Sociologia. Doutora em Educação. Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Cáceres – Mato Grosso. Brasil. josimag@gmail.com

Conceituação e características

A globalização gerou ao longo do tempo, processos históricos-sociais que mudaram os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades (IANNI, 1998).

Como consequência desses processos, Cohn (2003, p. 71-6) descreve a “nova exclusão social”, como o processo de marginalização social que atinge, no período recente, aqueles grupos sociais que possuíam esferas culturais, econômicas, políticas e sociais em uma rede de sociabilidade que os protegia. Diante deste aumento do risco de vulnerabilidade de grupos sociais, vem ocorrendo um fenômeno de marginalização social de um segmento da população do processo econômico, que vem trazendo consequências na formação identitária destes indivíduos.

Segundo Hall (1997), esses indivíduos podem passar por um processo chamado de deslocamento ou descentração:

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 1997, p.7).

Além disso, as mudanças sociais e do mercado de trabalho que ora vivenciamos vêm repercutindo em alterações das dimensões que envolvem também a escola: a identidade e imagem do homem e da sociedade em que vive.

Para Peterossi e Araújo (2003), estão surgindo novas relações entre a escola e o trabalho, que provocam questionamentos comparativos entre os tempos de estudar e trabalhar, tempos de aprender e de fazer, levando à ruptura entre a teoria e a prática pedagógica habitual.

A perspectiva de uma democratização que possibilita o acesso aos bens culturais e a participação política da escola e da própria sociedade, somadas às diferenças sociais e econômicas contrastantes na população de

nosso país, vêm contribuindo por essas intensas transformações na sociedade.

Como repercussão no mercado de trabalho, o homem que estiver mais preparado para essa nova demanda será aquele que consegue se adaptar incessantemente, pela formação contínua, pelas novas formas de evolução científica e tecnológica (PETEROSI; ARAUJO, 2003).

No Brasil, tal movimento reflete-se nas medidas adotadas pelo governo brasileiro na tentativa de dar respostas e essas novas demandas.

Muito embora, o Ensino Profissional tenha sido criado no início do século XX e o Ensino Médio somente nos anos 40, pode-se perceber um sinal governamental para dar vazão as necessidades apresentadas pelos grupos que interagem no processo de consolidação da Educação no Brasil. Não podemos pensar nestas duas modalidades de forma dissociadas. O Ensino era diversificado entre as classes e as funções dentro das empresas, cabendo às classes mais baixas, serviços mais braçais e aos de elite, trabalhos em escritórios mais intelectualizados.

Com o aumento do desenvolvimento dos setores de produção secundários e terciários, começaram a se multiplicar as escolas e cursos para atender essa demanda.

Essa prática se manteve por muito tempo até que as crises econômicas da década de 70 associadas às inovações tecnológicas promoveram novas formas de organização produtiva do capitalismo, determinando uma nova economia e uma nova sociedade. Essa transformação, ao mesmo tempo em que criou novas possibilidades nas perspectivas de trabalho, caminhava para desarticular modelos até então consolidados, baseados em categorias profissionais dualistas e produção rígida, trazendo novas configurações profissionais e novas demandas educacionais.

Com a criação da Lei 5692/71, pretendeu-se extinguir essa dualidade entre formar trabalhadores instrumentais e intelectuais. Entretanto, houve grande frustração na tentativa de mudança do quadro dualista do ensino, pois a normatização apenas confirmou um novo arranjo conservador que já vinha ocorrendo nas práticas das escolas. Ou seja, os excluídos não conseguiam a superação de classe.

Em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e posteriormente, legislações complementares que, conjuntamente, buscaram a reorganização do sistema educacional e do

ensino técnico. A construção das propostas elaboradas separadamente pelo Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) resultou na criação do Decreto Federal nº 2.208/97, que direcionou os processos de flexibilização e separação da formação acadêmica e a formação profissional no ensino técnico.

Dentre as ações governamentais temos inserido nesse processo o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este programa teve sua origem no Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (Documento Base PROEJA, 2006).

Porém, com a revogação do Decreto nº 5.478/2005, e a promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, foi conseguida a ampliação da abrangência, incluindo o ensino fundamental e admitindo como proponentes os sistemas de ensino estaduais, buscando assim atender a algumas solicitações das Instituições parceiras e da própria Rede, bem como, de gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos. Tais solicitações sentiam necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas (Documento Base PROEJA, 2006).

Contudo, sabe-se que medidas tomadas por políticas públicas, por mais bem intencionadas que possam ser, nem sempre atingem seu objetivo, seja ele declarado ou implícito. Nesse sentido, as políticas públicas visavam modificar a realidade posta para a sociedade brasileira, mas não superavam a dualidade que impregnava a educação desde seus primórdios no país. Assim, a pergunta que se colocou para o PROEJA é: seria esta mais uma falácia educativa? Será que efetivamente este programa modifica a realidade de seus alunos no sentido de superar o processo de exclusão? Propusemo-nos a investigar as respostas a essas perguntas buscando entender como está se dando o processo de construção da identidade entre os alunos do PROEJA e conseqüentemente modificando suas perspectivas reais de vida.

Podemos observar que enquanto a SEFOR tinha como preocupação recolocar a questão da educação na pauta da construção do modelo de desenvolvimento sustentado e da modernização das relações entre capital e trabalho, a SEMTEC procurava definir a identidade do ensino médio, em especial do sistema de escolas técnicas federais, e a otimização da relação custo-benefício.

Além desse aspecto, há que se considerar ainda os aspectos próprios da constituição da identidade dos indivíduos. Na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas “fontes” originárias dessas mesmas identidades, sejam elas consideradas como “coletividades” (Talcott Parsons), ou “identidade de grupo básico” (Harold Isaacs) ou, ainda, “identidades totais” (Ali Mazrui), como essas identidades se constituem?

Reforçando esse conceito, Hall (2005) sugere que o sujeito pós-moderno não apresenta uma identidade fixa, essencial ou permanente, ela é continuamente transformada pelos sistemas culturais que nos cercam. A identidade é construída à medida que os sistemas de significação e representação cultural se ampliam, permitindo ao sujeito localizar-se de diferentes formas na sociedade.

Dessa forma, não podemos entender o conceito de identidade como algo estático ou atemporal, pois, contrariamente a isso, somente se constrói a identidade a partir de determinadas condições históricas e das necessidades de determinados grupos.

Diante disso, podemos afirmar que o contexto social destes alunos, envolvendo obviamente o ambiente escolar, passa a ter importante valor no processo de (re)construção das suas identidades.

Além disso, para Bauman (2005a, p.8), a construção da identidade passa por um processo de classificação e reclassificação dos grupos em categorias socialmente construídas, a partir de certos elementos culturais, tomados como referência pelo grupo em relação a outro(s) grupo(s), tais como: a língua, religião, rito, raça, nação, símbolos, etc.

Porém, a dispersão de pessoas em comunidades e grupos de interesse (grupos étnicos, raciais, feministas, homossexuais, ecológicos, etc.), tão presentes hoje nos discursos educacionais, não arrefece o poder da pressão e deixa o poder dos mercados financeiros de consumo numa posição confortável (BRACHT; ALMEIDA, 2006 p. 148).

Bauman (2005b) é claro a respeito, ao afirmar que os problemas

globais só podem ser resolvidos, se é que podem, por ações globais. “Qualquer um que defenda “identidades locais” como um antídoto contra os malefícios dos globalizadores está jogando o jogo deles – e está nas mãos deles” (BAUMAN, 2005b, p.195). Inseridos nesse contexto de ideias que orientam nossa perspectiva, desenvolvemos o estudo, cujo foco de nossas observações acerca do tema foram os alunos dos cursos de Proeja do Instituto Federal de Ensino de Mato Grosso - Campus Cáceres. Ao todo, a modalidade Proeja conta com 72 alunos inscritos entre o 1º semestre de Agroindústria e os 2º e 3º semestres do curso de Informática. Foi a partir do trabalho realizado junto a essas turmas que as reflexões que se seguem foram delineadas. Buscou-se identificar quem eram esses indivíduos, onde viviam, como construíam suas realidades e quais eram os aspectos sociais que definiam suas identidades. Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas que os alunos responderam voluntariamente. Participaram da pesquisa 61 alunos totalizando 84,7 % dos matriculados e frequentes. A pesquisa buscou informações sobre aspectos culturais e socioeconômicos. O pesquisador utilizou-se de dois dias para alcançar o maior número de alunos possível.

A identidade profissional x aspectos socioeconômicos.

Dentro de um ambiente altamente capitalista e com grande valorização do “vale o quanto produz”, o trabalho é colocado como destaque entre os muitos papéis do indivíduo. Tal situação pode resultar numa crise de identidade onde temos padrões de capacidade produtiva imperando sobre as relações humanas de convivência (GONÇALVES, 2008).

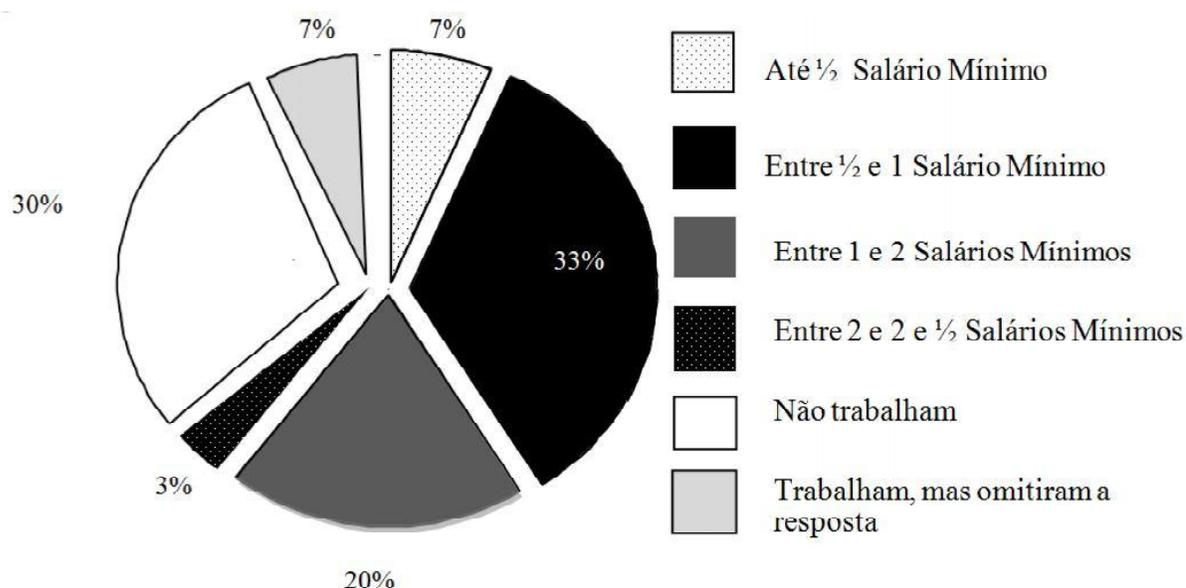
A pesquisa buscou abordar a condição de emprego dos entrevistados e constatou que 43 indivíduos estavam empregados, totalizando 52,7% dos entrevistados.

Ao analisarmos o fator renda (Gráfico 1) encontraremos um quadro que indica que 70% dos alunos possuem ganhos mensais abaixo de um salário mínimo, incluindo nessa taxa os indivíduos que não trabalham. Porém se formos considerar apenas os que estão trabalhando, teremos 58,1% com a faixa de renda citada.

Esse estado de pobreza que acomete grande parte dos alunos contribui no processo de exclusão desses indivíduos aos bens e serviços socialmente relevantes (habitação, saúde, lazer). A possibilidade do acesso

a ambientes como teatros, cinemas, exposições e conhecer costumes de outras culturas se tornam muito difíceis. A prioridade dos ganhos mensais se destina aos itens de necessidade primária como moradia e alimentação.

GRÁFICO 1. Distribuição de renda dos alunos do PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres.

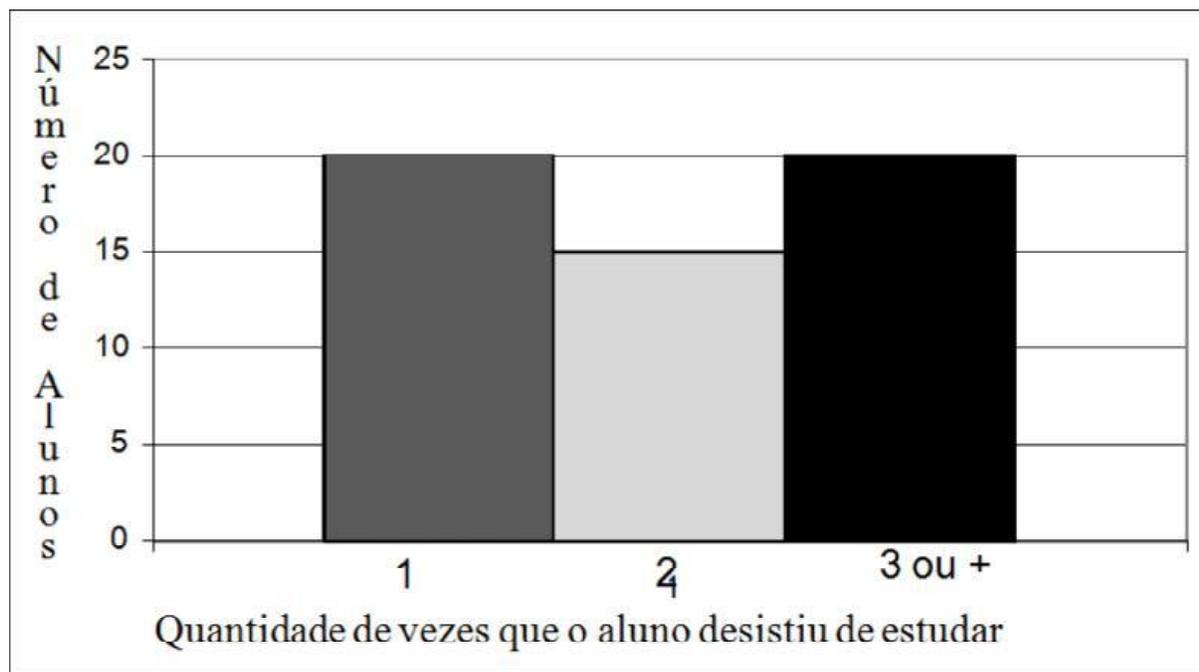


Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

Segundo Fernandes (1995, p.17), "...tende a ser excluído todo aquele rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transações sociais" o que pode ser identificado nas condições econômicas apresentadas pelos informantes. A partir destas observações, podemos ver que estes alunos do PROEJA passaram ou passam por um certo tipo de exclusão, haja vista que se observarmos os empregos, o número de vezes que deixaram a escola (Gráfico 2) e o número de pessoas que são chefes de família (Gráfico 3), veremos que se encontram em condições de fragilidade econômica e social.

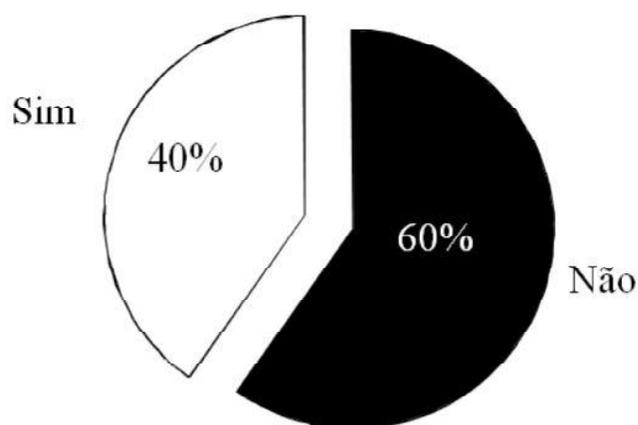
Nestes termos, é interessante destacar a evidente e expressiva relação da identidade do indivíduo com a sua categoria profissional. Ainda, segundo Campos (2000), a identidade profissional refere-se ao conjunto de características que torna uma pessoa semelhante àqueles que exercem uma atividade socialmente reconhecida.

GRÁFICO 2. Número de vezes que o aluno do PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres desistiu de estudar.



Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

GRÁFICO 3. Porcentagem de alunos do PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres que se dizem chefe da família.



Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cáceres/2010.

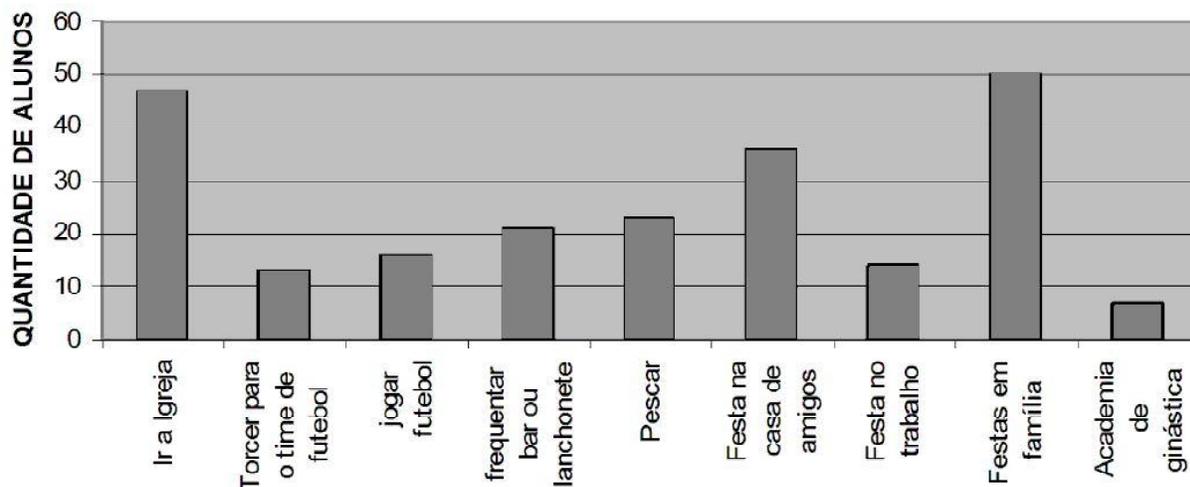
A dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria capacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou acentuam a sua exclusão. Isto pode levar a um ciclo inevitável onde a falta de estímulo para a mudança contribui cada vez mais com o estado de pobreza, que por sua vez o deixa mais descrente da possibilidade de mudança.

De acordo com Jacques (1997) as diferentes formas de trabalho agregam em torno de si um conjunto de características que as define, de maneira que aqueles que com elas se identificam passam a usufruir tal papel social, agregando um modo de ser peculiar, com semelhanças na forma de vestir, falar, além da carga afetiva de pertencimento ao grupo.

Entre as profissões encontradas em nossa pesquisa, os resultados demonstraram que existe muita diversidade, embora, em sua grande maioria, sejam profissões que não exigem mão de obra altamente qualificada. Como destaque, apareceu a profissão de diarista/doméstica que teve frequência de 14% e na sequência o funcionário de serviços gerais com 9,3% e autônomo 4,7%. Outras profissões foram citadas por apenas um indivíduo como agente de saúde, ajudante de produção, auxiliar de secretária, balconista, auxiliar de qualidade, construtor, camareira de hotel, construtor, inspetor de qualidade, jardineiro, marceneiro, meio oficial, montador, motorista, pedreiro, pintor de carros, produtor rural, secretária de dentista, sorveteiro, vigilante, vendedor e promotor de vendas. Outros sete indivíduos omitiram a profissão, embora haviam respondido que tinham um emprego. Outro aspecto importante na construção da identidade desses indivíduos se trata da cultura.

Pode-se perceber que entre as atividades culturais mais frequentes, está a atividade religiosa e as reuniões familiares ou de grupos de amigos. De uma maneira geral, as atividades listadas pelos entrevistados (gráfico 4) restringem-se a trocas pessoais imediatas em grupos pequenos no seio da comunidade.

GRÁFICO 4. Hábitos de atividades que os alunos do PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres realizam fora da escola e do trabalho.



Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

Tais atividades reforçam os laços locais entre os indivíduos, fortalecendo os vínculos e as referências pessoais como base para os modelos constituídos no seio dos grupos.

Segundo Hall (1997) em sua definição do “sujeito sociológico”, ele ressalta a importância das relações sociais na construção da identidade da pessoa.

Este refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 1997, p.11).

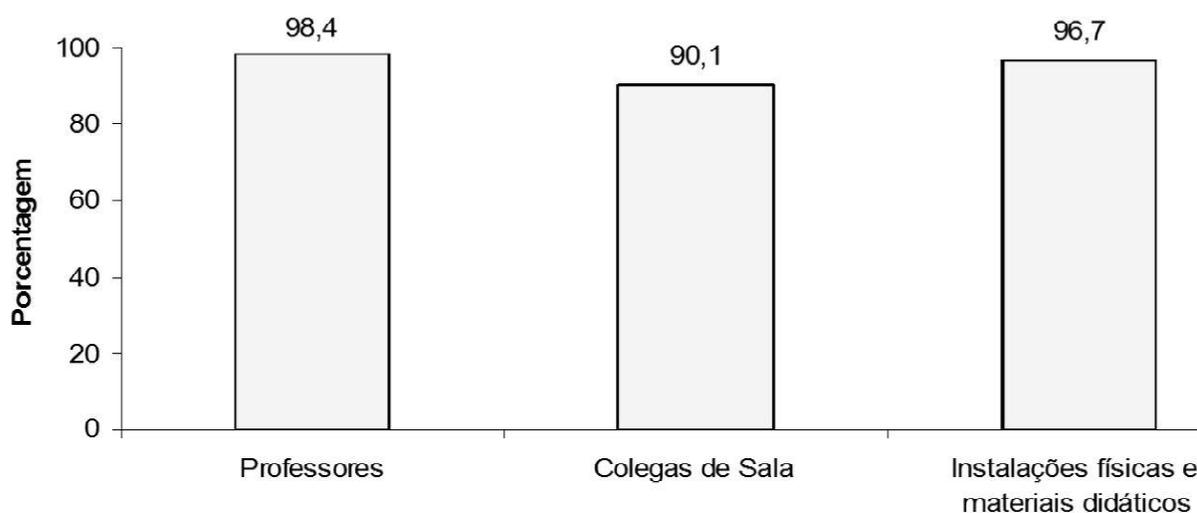
A convivência em grupo é fundamental para o ser humano criar formas de comunicar-se, expressar culturalmente e obter realização plena como indivíduo. Podemos considerar que às atividades de lazer e a convivência em grupo contribuem tanto para a manutenção do equilíbrio biopsicossocial, quanto para atenuar possíveis conflitos ambientais e pessoais (PENNA, 2006).

Neste estudo, transparece a ênfase em atividades de reunião e de prática de esportes, o que delinea uma identidade muito próxima às possibilidades profissionais a eles permitidas enquanto classe social. Tais dados nos permitem inferir que o processo de exclusão está, de certa forma, alicerçado na própria dinâmica dos pequenos grupos que colocam os indivíduos como espelhos aos outros, e onde a educação não é citada como um elemento formador importante.

Por outro lado, as trocas pessoais restritas ao seio dos grupos impedem o indivíduo inserido nesse círculo de vislumbrar outras possibilidades senão àquelas oferecidas pelos grupos que frequenta, que não são muitas.

Ainda que os entrevistados citem no questionário que o PROEJA é um ambiente estimulador (Gráfico 5), podemos observar que em contraste com o restante do cotidiano de suas vidas o progresso na carreira que poderia ser implementado através da educação pela leitura de livros, jornais ou revistas, aparecem com baixa frequência nas atividades cotidianas citadas pelos entrevistados.

GRÁFICO 5. Fatores que estimulam os alunos a frequentarem o curso PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres.

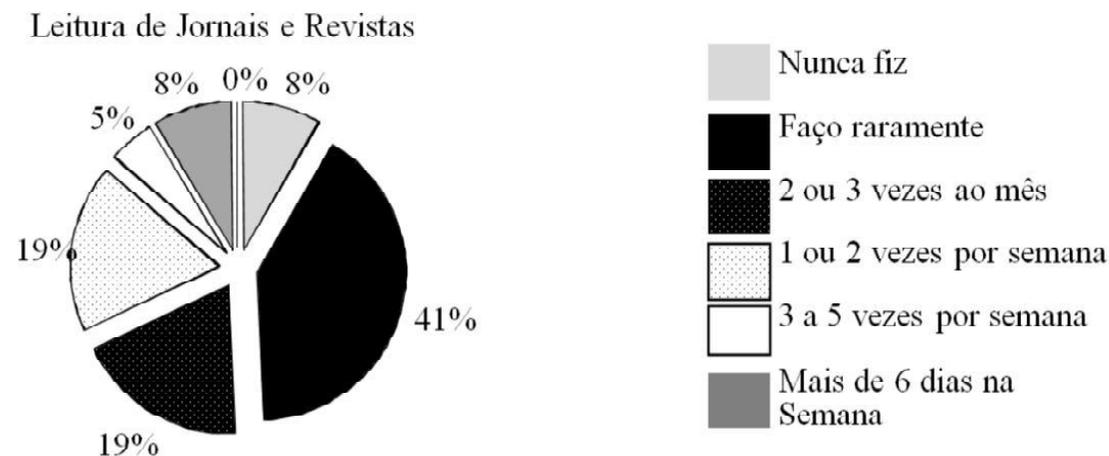


Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

Este estudo verificou que cerca de 49 % dos alunos não possuem o hábito da leitura de jornais e revistas (Gráfico 6) e 58% raramente ou nunca leram livros (Gráfico 7). Pode-se considerar que livros como a bíblia estão

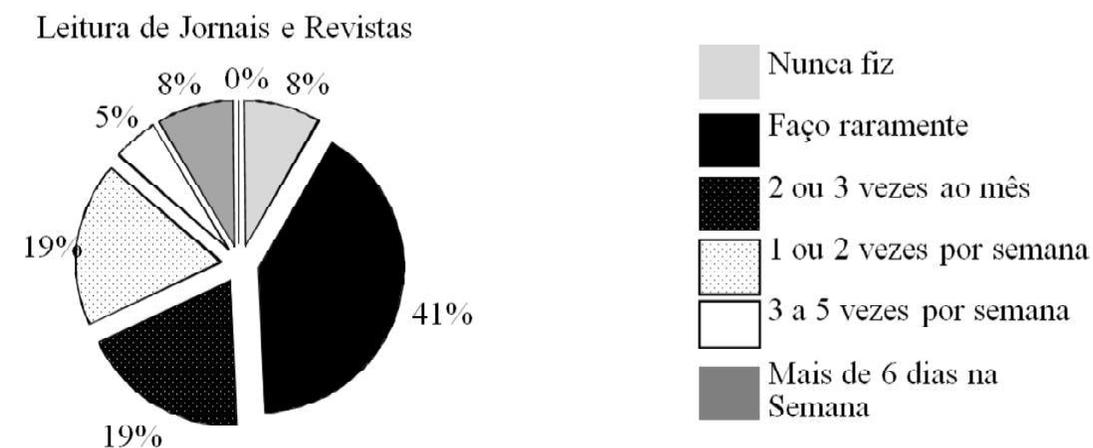
contemplados nesses dados, haja vista que grande parte dos indivíduos são frequentadores da igreja. Portanto, dentro desses 42% restantes que afirmaram realizar a leitura de pelo menos duas vezes ou mais ao mês, podem-se encontrar leitores que têm como fonte de leitura somente a bíblia ou livros religiosos.

GRÁFICO 6. Hábitos de leitura de jornais e revistas dos alunos do PROEJA do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres.



Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

GRÁFICO 7. Hábitos de leitura de livros dos alunos do curso. PROEJA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus de Cáceres.



Fonte: Pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cáceres/2010.

A Bíblia, considerada por várias religiões como um livro sagrado,

oferece uma visão parcial sobre fatos. Sabidamente, a visão sagrada sobre a realidade vivenciada e em alguns casos é interpretada ao pé da letra, o que não oferece oportunidade de reflexão aos seus leitores de construção de uma perspectiva pessoal sobre fatos e vivências.

Considerações finais

A educação é influenciada pelas transformações ocorridas na sociedade e que exigem novas configurações para suprir as demandas sociais. Nesse novo contexto, o sistema educacional deve considerar o processo de socialização que intermedia durante a formação das identidades profissionais e sociais destes alunos e potencialmente ressignifica-as. No caso da EJA/PROEJA, a demanda se constitui pelo atendimento a camadas da população que historicamente encontram-se excluídas da escola e que possivelmente não tiveram acesso.

Além disso, a ausência de oportunidades concretas para vivenciar trajetórias de sucesso no sistema educacional acaba por culpabilizar a vítima, ou seja, cada indivíduo, por mais uma história de fracasso. Frente aos descaminhos do PROEJA, torna-se imperativo assumir uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. (PROEJA, 2006).

Percebe-se que estamos a frente de duas ordens de problemas que se interagem intimamente. De um lado temos as questões de ordem política que possuem um sentido mais amplo e deve ser discutido dentro de uma proposta macro para o país. Do outro, temos as questões de ordem pedagógica que podem ser avaliadas na sala de aula, nas reuniões pedagógicas e com a comunidade. Contudo, do ponto de vista identitário, não está inserida na ordem das reflexões pedagógicas que as atividades desenvolvidas possam influenciar significativamente uma mudança nos indivíduos e nas perspectivas de vida assumidas.

Há que se considerar que o PROEJA seja potencialmente um programa que possibilite uma reestruturação identitária na vida de seus alunos, possibilitando acesso a outros bens culturais e de consumo, sem uma abrangência maior na vida de seus alunos tal possibilidade anula-se quando cotejada com a realidade concreta do cotidiano.

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2005a
_____. *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. 1. ed., Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005b
- BRACHT, V.; ALMEIDA, F.Q. *Emancipação e diferença na educação: uma leitura com Bauman*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- CAMPOS, R. *Identidade profissional*. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte : Núcleo de Estudos sobre Trabalho, 2000.
- COHN, A. *Reconfigurações da questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania , 2003.
- FERNANDES, A.T. Etnicização e racização no processo de exclusão social, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 5, n.1. 1995
- GONÇALVES, A.K. Idoso e identidade social. *Revista Polêmica*, v. 23, 2008.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. *Revista brasileira de Ciências Sociais [online]*, v.13, p.33-41, 1998. Texto disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>; Acesso em: 15 de agosto de 2013.
- JACQUES, M.G. *Identidade e trabalho*. In: CATTANI, A.D. *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis; Porto Alegre : Vozes; Ed. Universitária. 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento Base PROEJA*. Brasília: MEC, 2006
- PENA, F.B.; SANTO, F.H.E. O movimento das emoções na vida dos idosos: Um estudo com um grupo da terceira idade. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 08, n. 01, p. 17 – 24, 2006.
- PETEROSI, H.G.; ARAÚJO, A.M. *Políticas públicas de educação profissional: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas públicas em São Paulo*. In: SEVERINO, A.J.; FAZENDA, I.C.A. (Orgs.). *Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão*. Campinas. SP: Papyrus, 2003.

Data de recebimento: 20.08.2014

Data de aceite: 02.11.2014